



WRM BOLETIM

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais



número 109 - Agosto 2006

NOSSA OPINIÃO

- O consumo excessivo de papel: os impactos da injustiça

COMUNIDADES E FLORESTAS

- Papua- Nova Guiné: atividade Madeireira em Grande Escala e Violações dos Direitos Humanos
- Colômbia: o povo Bari faz um pronunciamento por seu território
- 26 de julho, Dia da Defesa do Mangue
- Vínculos culturais com a floresta: a rede da saúde

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- Brasil: Pataxó, eucaliptos e a sustentabilidade da Veracel Celulose
- Chile: a empresa de celulose Celco S.A. é enfrentada de novo pelo povo de Mehuín
- Chile: a floresta de Nielol – testemunha de mentiras sobre florestas e plantações
- Uruguai: empresa de celulose Botnia pretende tirar proveito da mudança climática
- Indonésia: das plantações de dendezeiro, com repressão...
- Indonésia: plantações de dendezeiro invadem terras tradicionais das comunidades
- Peru: a Amazônia ameaçada pelos projetos das plantações de dendezeiro
- Uganda: plantações de dendezeiro que trouxeram Fortes Ventos e Baixos Salários

NOSSA OPINIÃO

- O consumo excessivo de papel: os impactos da injustiça

No mundo atual, existem muitos milhões de pessoas cujo nível de consumo não chega a cobrir suas necessidades básicas. Usando uma linguagem simples, trata-se de milhões de pessoas- a maioria crianças- que sofrem fome e miséria. Em contrapartida, outros milhões de pessoas- embora bem menos que os anteriores- consomem demais, sem que isso signifique que suas necessidades básicas- como seres humanos- estejam assim cobertas.

O resultado dessa situação não é apenas um mundo injusto- o que obviamente é assim- mas também um mundo que vai direto ao desastre ambiental. Não precisamente por culpa de quem consome pouco, e sim por quem o faz em excesso. Ainda que isso seja aplicável ao consumo de praticamente qualquer produto- desde petróleo até camarões- o consumo de papel e papelão serve para exemplificar o problema.

O consumo anual mundial per cápita de papel e papelão foi de 52 quilos em 2004 (1). Tal como acontece com todas as médias, esta esconde a desproporção entre quem consome muito e quem consome pouco. Em efeito, os cidadãos

dos chamados países “desenvolvidos” consumiram em média 175 quilos, enquanto os dos chamados “em vias de desenvolvimento”, consumiram apenas 20. Mas também estas médias escondem a realidade de que em alguns países do Norte o consumo é bem superior à média -como nos casos de Finlândia (334 kg), Estados Unidos (312) e Japão (250)- e que um consumo supostamente “baixo” –por exemplo, de 20 quilos- pode alcançar perfeitamente para cobrir as necessidades básicas de papel.

O assunto é que esse consumo excessivo gera graves impactos sobre a vida de milhões de pessoas no Sul. Em efeito, esse papel e papelão é produzido a partir de celulose, para cuja elaboração é necessária madeira, que crescentemente provém de enormes monoculturas de árvores, em particular de eucaliptos, pinheiros e acácias.

Tais monoculturas são instaladas em regiões que satisfazem várias condições: rápido crescimento das árvores, acesso a amplas áreas de terra fértil e barata, baixo custo de mão de obra, disponibilidade de subsídios e apoios estatais, escasso controle ambiental. Quer dizer: basicamente no Sul.

O resultado é o mesmo em cada país: latifundização e estrangeirização da terra, concentração de poder, expulsão da população rural, perda líquida de empregos em nível local, esgotamento de solos e recursos hídricos, perda de biodiversidade. Apesar das promessas de “desenvolvimento” que acompanham as plantações, os impactos seguem se agravando a medida que aumenta a área plantada, como é facilmente percebido em países com milhões de hectares de plantações como África do Sul, Brasil, Chile e Indonésia.

O problema agrava-se ainda mais quando são instaladas fábricas de celulose para exportação nas vizinhanças das áreas plantadas, com os consequentes impactos socio-ambientais. A Aracruz e a Veracel no Brasil, a Arauco no Chile e na Argentina, a Sappi e a Mondi na África do Sul e na Suazilândia, a Advance Agro na Tailândia, a Asia Pulp and Paper na Indonésia são exemplos conhecidos dos graves impactos desta indústria.

E tudo isso para quê? Para a indústria do papel poder dispor de celulose abundante e barata a fim de continuar ampliando seus mercados e aumentando seus lucros através da permanente invenção de novas “necessidades”.

O resultado –em particular no Norte mas também reproduzido crescentemente no Sul- é a imposição de um consumo desmedido de papel. Os exemplos abundam. Existe uma quantidade impressionante de artigos descartáveis de papel e papelão tais como copos, pratos, bandejas, guardanapos e até toalhas de mesa que estão substituindo –em nível maciço- seus similares duradouros. É agora comum que ao ser adquirido um produto qualquer –um brinquedo, um relógio, um par de sapatos- esteja embrulhado em papel, dentro de uma caixa de papelão e seja entregue ao comprador em uma sacola de papel. Os lares das pessoas são invadidos cada dia com correspondência não solicitada consistente em publicidade impressa em papel. Em definitiva, toda pessoa é forçada a consumir uma dose diária de papel e papelão que nunca pediu nem quis consumir.

A questão ultrapassa então a responsabilidade do consumidor individual e está enquadrado no contexto mais amplo da sociedade de consumo. Portanto, não é resolvido simplesmente culpabilizando o indivíduo, senão que se trata de um assunto que deve ser resolvido no nível da sociedade em seu conjunto.

Nesse sentido, as sociedades do Norte devem chegar a compreender que seu estilo de vida –no qual o consumo ocupa um lugar exagerado- está afetando as possibilidades de sobrevivência de pessoas que têm os mesmos direitos em outras partes do mundo. Ao mesmo tempo, devem entender que esse consumo desmedido está levando o planeta ao desastre ambiental, que já se evidencia na mudança climática, o esgotamento e poluição da água, a perda de biodiversidade, entre outros.

O uso excessivo e desnecessário de papel e papelão é apenas um exemplo de muitos outros possíveis, mas pode servir para suscitar o necessário debate –em particular no Norte- sobre os limites que devem ser impostos ao consumo e para identificar mecanismos para que isso seja possível. As sábias palavras de Gandhi –“O mundo alcança

para satisfazer as necessidades de todos, mas não sua cobiça”– podem servir para iluminar esse debate.

(1) World Resources Institute.- Resource Consumption: Paper and paperboard consumption per capita
http://earthtrends.wri.org/searchable_db/index.php?theme=9&variable_ID=573&action=select_countries

início

COMUNIDADES E FLORESTAS

- Papua- Nova Guiné: atividade Madeireira em Grande Escala e Violações dos Direitos Humanos

Na Papua- Nova Guiné (PNG), as crônicas econômica, política e social têm sido moldadas pelas florestas tropicais. Ao cobrirem 60 por cento da massa terrestre da PNG e serem impenetráveis em grande parte, as florestas têm limitado o comércio, definido as leis tradicionais e traçado sua vida e cultura. Quando o mundo pensa na PNG, vê suas florestas.

Atualmente, a atividade madeireira nesse incomparável sistema de vida está destruindo a sociedade e as políticas do país, acarretando insignificantes benefícios econômicos e alarmantes efeitos de fluxo na região.

A indústria madeireira da PNG está dominada por um punhado de companhias malaias, sendo a maior delas a Rimbanan Hijau. Trata-se de uma indústria que é sinônimo de corrupção política, máfia policial e cruel repressão de trabalhadores, mulheres e de quem questione seus métodos. Suas atividades rotineiramente destroem as fontes de alimentos, os fornecimentos de água e a propriedade cultural dessas comunidades. Dá sustento ao contrabando de armas, corrupção e violência em todo o país. Em troca, a indústria não gera qualquer benefício econômico duradouro para as comunidades das florestas, e sim um custo considerável no longo prazo e uma modesta contribuição de 5 por cento para o orçamento nacional.

Esta situação está longe de satisfazer o Quarto Objetivo Nacional da PNG- estabelecido com sua independência em 1975- que seus “recursos naturais e meio ambiente... sejam conservados e usados para o benefício conjunto de todos nós, e sejam restituídos para o benefício das futuras gerações”.

A indústria madeireira exerce influência na PNG através de doações políticas, patrocínios, lobbying e posse da mídia. As companhias simplesmente “compram” os direitos de áreas para corte. Os ministros do governo interferem com projetos madeireiros em seu nome. O poder da indústria sobre o governo da PNG estende-se além do florestamento. Uma única companhia- a Rimbunan Hijau, controlada pelo bilionário malaio Hiew King Tiong- tem interesses no setor financeiro, na mídia, na tecnologia da informação, em propriedades, no varejo, impressões comerciais, viagens e transporte marítimo. Tais interesses se espalham além da PNG. A família Tiong tem ativos na mídia da China, Malásia, Camboja, Hong Kong, Papua Nova Guiné, Canadá e nos EUA, bem como uma emissora de rádio na Nova Zelândia. Na Austrália, os investimentos de Tiong incluem o shopping center Harbourside em Darling Harbour em Sidney e companhias que respondem por 10% da cultura de manga na Austrália.

A reforma da indústria madeireira da PNG é uma possibilidade distante se não houver uma ação internacional conjunta. Na PNG, a corrupção sufocou a vontade de defender a legislação existente contra os interesses das companhias madeireiras. Quando foram tomadas providências legais, quem estava envolvido foi atacado física e comercialmente.

Na PNG, a capacidade e a vontade política de defender os direitos humanos e a lei está sendo minada, não apenas pela indústria madeireira. Casos inquietantes de violação de direitos humanos incluem:

* **Denegação do devido processo na atribuição da propriedade.** O processo através do qual o Governo da PNG compra direitos madeireiros das comunidades proprietárias e emite autorizações de “extração” para as companhias

madeiras está seriamente viciado e chega à apropriação ilegal de terras florestais por madeiros.

* **Detenções arbitrárias e brutalidade física da polícia contra os proprietários.** As tentativas de conter essa apropriação estão sendo tratadas com brutalidade, às vezes por policiais "pluri- empregados" das companhias madeiras. As atrocidades documentadas incluem bater nos moradores, detê- los sem cargos, atear fogo em casas e lavouras, matar animais domésticos com M16s, e forçar com armas os homens a manter relações homossexuais entre eles.

* **Intimidação e violação de mulheres.** As mulheres sofrem a próxima sequência dessa violência. Os "peixes graúdos" da comunidade negociam os acordos com as companhias madeiras, e alguns até procuram obter royalties da atividade madeira como "dinheiro livre" para ser gasto com álcool e armas. O abuso sexual por empregados florestais está documentado, tais como matrimônios por conveniência entre empregados emigrantes e mulheres locais.

* **Poluição de fontes de água e alimentos.** Longe dos benefícios prometidos, a atividade madeira está negando às pessoas seu direito a um adequado padrão de vida. Os sedimentos de florestas clareadas e rodovias estão poluindo rios, com produtos químicos usados para acabar com as pragas da madeira e preservar os troncos cortados. Peixes, caranguejos, javalis, casuares, cangurus e aves- alimentos básicos para as comunidades locais- desapareceram das áreas desmatadas.

* **A destruição de locais culturais, objetos e túmulos.** A compensação por tais atos de profanação está raramente disponível. Esses atos negam os direitos das comunidades a usar sua própria terra para propósitos culturais e espirituais.

* **Condições de trabalho injustas.** As atrozes condições trabalhistas em muitas das áreas de corte de madeira aparecem novamente. Na Província de Golfo, morreram trabalhadores que foram sepultados no trabalho para a companhia não gastar com a devolução dos corpos a seus lares. Os trabalhadores da indústria madeira não receberam salários, viveram em condições de superlotação e insalubridade, trabalhando das 7 da manhã às 7 da tarde e, ao ser o transporte da companhia a única opção, tinham que ficar na área de trabalho além de sua disponibilidade.

As violações dos direitos humanos floresceram graças ao isolamento físico das comunidades e a corrupção e os recursos inadequados do governo da PNG. Essas mesmas condições permitiram o tráfico internacional de armas, madeira e pessoas. A segurança regional, não apenas o governo da PNG, está sendo minada. Na PNG, são as comunidades locais as mais capacitadas para o manejo florestal sustentável. Ainda essas habilidades estão fora do processo, contrariamente aos Objetivos Nacionais e os Princípios Diretivos da PNG.

Deve ser imposta uma moratória imediata na concessão e renovação de todas as autorizações para atividade madeira. O modelo atual não está funcionando.

http://www.acfonline.org.au/uploads/res_ACF-CELCOR_full.pdf

Extraído de: "Bulldozing Progress: Human Rights Abuses and Corruption in Papua New Guinea's Large-scale Logging Industry", por The Centre for Environmental Law and Community Rights and The Australian Conservation Foundation, 2006, http://www.acfonline.org.au/uploads/res_ACF-CELCOR_full.pdf

[início](#)

- Colômbia: o povo Bari faz um pronunciamento por seu território

O povo Bari, uma minoria pertencente à família Arawak, denominada "Los Hijos de la Selva" (Os Filhos da Mata) habita a Bacia do Catatumbo, no Departamento do Norte de Santander. Os Motilón Bari têm uma língua denominada Bari-ara e uma estrutura de organização política e social interna e externa própria. Sua principal autoridade é o

Conselho Autônomo de Caciques, integrado por 23 caciques pertencentes às 23 comunidades do povo indígena Motilón. Sua economia está orientada ao auto-abastecimento, e portanto a defesa de seu território implica a defesa dos bens naturais que são a base de sua existência.

Ao longo dos anos, os Motilón Bari têm sofrido a perda constante de seu território em função de poderosos interesses comerciais que têm procurado lucrar com as riquezas de seu território. Sua integridade esteve de novo em perigo quando em maio de 2005, o Ministério do Meio Ambiente autorizou o funcionamento da empresa petroleira ECOPETROL (vide boletim do WRM N° 106), apesar de numerosas falhas graves que tinha o Estudo de Impacto Ambiental apresentado inicialmente.

Mas a violação dos direitos humanos dos Bari não acaba aí. À presença militar em seu território, em apoio aos mega-projetos, que afeta a livre circulação e a realização de atividades culturais e de subsistência desse povo, acrescenta-se agora a preocupação pelas intenções que o governo central tem de fumigar, inclusive em áreas como parques naturais. Isso afetaria o território Bari, poluindo as fontes de água, os cultivos de subsistência e as espécies animais das que os Bari se alimentam, o que finalmente afetará a saúde dos membros da comunidade.

Perante essa situação, o Conselho Autônomo de Caciques Bari, Associação de Comunidades Motilón Bari da Colômbia "Asocbari", realizarão no próximo 12 de outubro em Tibú, norte de Santander, uma audiência pública sob a consigna de "Por nosso território vamos fazer um pronunciamento" com o fim de:

"1. Convocar às autoridades e instituições do Estado para que se comprometam na solução das Problemáticas do Povo Indígena Bari e exigir explicações sobre as decisões que elas têm adotado e vulneram os direitos do Povo Indígena.

2. Visibilizar a séria vulneração e violação de direitos do Povo Indígena Bari, em virtude do desconhecimento de sua presença em Socbacaira, território ancestral onde se desenvolve o projeto de exploração e exploração de petróleo (Poço Álamo I).

3. Apresentar às autoridades, instituições e ao Estado colombiano os seguintes pedidos:

- O reconhecimento da presença do Povo Bari em seus territórios ancestrais
- A Suspensão da Execução do projeto de exploração e exploração Álamo I
- A revogação da Licença Ambiental 0624 datada em 15 de maio de 2005 para a exploração do poço Álamo I, pelas irregularidades com as quais foi concedida, entre elas, a certificação pela Direção de Etnias do Ministério do Interior da não existência de comunidades indígenas em Socbacayra, chamado pela ECOPETROL Álamo I.
- O cumprimento pelo Estado Colombiano, as Forças Militares, a ECOPETROL e as autoridades civis e militares e organismos de segurança, de sua obrigação constitucional de proteger e garantir os direitos dos povos indígenas, cessar a violação desses direitos e adotar as medidas necessárias para que no futuro isso não aconteça de novo".

Convocatória de Asocbari, e-mail: puebloindigenabari@yahoo.es e Corporación Colectivo de Abogados Luis Carlos Pérez, e-mail: paraquehayajusticia@yahoo.es, www.colectivodeabogadoslcp.org

início

- 26 de julho, Dia da Defesa do Mangue

No ano 2000, o dia 26 de julho foi escolhido como o dia da defesa dos manguezais devido a seu intenso significado para o movimento na América Latina liderado pela Red Manglar (Rede Mangue). Nesse mesmo dia, em 1998, um ativista micronésio da Greenpeace, Havhow Daniel Nanoto, morreu por ataque cardíaco quando participava de um ato

de protesto maciço liderado pela FUNDECOL e a Greenpeace Internacional. Nesta ação, a comunidade local de Muisne e as ONGs desmantelaram um tanque ilegal de criação de camarões na tentativa de restituir a essa região arrasada seu estado inicial de uma floresta de mangue. Desde a morte de Hayhow, a FUNDECOL e outras comemoraram este dia como um dia para ser lembrado e renovar as ações para Salvar os Manguezais!

Em 2003, o MAP (Projeto Mangue em Ação, sigla em inglês) e a Rede Mangue juntaram suas forças para incentivar os pescadores do mundo inteiro a se unir a eles no Dia da Defesa do Mangue e formar flotilhas cooperativas para protestar pela destrutiva expansão de granjas camaroneiras em suas áreas. Esse apelo à ação teve respostas positivas de Bangladesh, Índia, Malásia, Equador, Brasil, Colômbia, México, Honduras, Nigéria, Senegal, Quênia, Europa e os EUA.

A partir de então, a cada ano todo 26 de julho virou um dia mundial de comemorações pelos manguezais. O lema deste ano intitula-se "Manguezais, Nosso Patrimônio Natural". De acordo com a Rede Latinoamericana pelos Mangues- Red Manglar- com base no Equador, "Os manguezais são nosso patrimônio, nossa fonte de vida, nosso sustento, nosso local de trabalho, nossa despensa, e nosso lar".

No entanto, do México ao Peru, há notícias diárias de poluição, desmatamento e devastação de ecossistemas de manguezais promovidos por mega projetos hidrelétricos, turísticos e de aquicultura de camarões. A poluição dos estuários, a dragagem de seus canais, as obras de engenharia civil planejadas em detrimento desses ecossistemas e o desmatamento das florestas são uma constante.

A Rede Mangue alerta que "Naqueles países onde a perda das barreiras protetoras para fazer frente aos fenômenos naturais foi causada pelo desmatamento indiscriminado de manguezais, nem sequer inundações, furacões tropicais ou ciclones foram capazes de diminuir o espírito devastador do turismo industrial, incapaz de dirigir sua atenção para o que aconteceu na Ásia, faz apenas um ano e meio, quando o terrível tsunami arrasou magníficas instalações turísticas e, obviamente, cidades inteiras."

Em Bangladesh, no Dia da Defesa do Mangue, o Instituto de Estudos Ambientais e de Desenvolvimento organizou uma jornada de discussão. Os conferencistas alertaram que a destruição das florestas de mangue piorariam ainda mais os sofrimentos das populações mais pobres do mundo nas áreas litorâneas, enfraquecendo seu poder de resiliência para enfrentar ciclones, grandes ondas provocadas pela maré e tsunami. Eles afirmaram que "a destruição das florestas de mangue expõe nossos ecossistemas. As lições de nossa experiência no mais recente tsunami na Ásia ensinam que as florestas de mangue protegeram a costa sudeste da Índia e Bangladesh do violento ataque do devastador tsunami. As florestas de mangue tais como os Sunderbans albergam a vida na Terra e os manguezais precisam proteção e conservação principalmente pela propensão cada vez maior de ameaçadores tsunamis, ciclones e subidas do nível do mar."

Também o Centro para a Conservação do Ambiente Costeiro (CCEC, sigla em inglês), de Bangladesh, realizou um programa de proteção dos ecossistemas costeiros do sudoeste de Bangladesh, em particular no polder 30 do subdistrito de Batiaghata Upazilla ao formar a Sociedade de Proteção dos Mangues (MPS, sigla em inglês) com 51 integrantes. Eles estão planejando dirigir a atividade para o polder 32 de Dacope, adjacente ao Sundarban, tombado pela UNESCO como Patrimônio Mundial.

Na Índia, a COPDANET! organizou competições de arte, desenho e pintura para escolares enfatizando o Dia da Defesa do Mangue que foi celebrado em grande escala com ralis, encontros públicos e distribuição de prêmios pelos funcionários florestais.

Quanto à África, a ONG local "Congo Nature Conservation" comemorou o dia internacional recebendo mensagens e ligações para apoiar o programa de manejo sustentável de manguezais no Congo ameaçados pelo crescimento urbano, poluição do mar por petróleo, más técnicas de pesca, etc.

Como o MAP afirma, “O impulso está se construindo em nível mundial para assumir a responsabilidade pela defesa, conservação e recuperação desses ecossistemas seriamente ameaçados, já que é patrimônio de nossas nações e território de comunidades indígenas tradicionais”.

Artigo baseado em informações enviadas por Alfredo Quarto, Mangrove Action Project (MAP), e-mail: mangroveap@olympus.net, <http://www.earthisland.org/map/map.html>

[início](#)

- Vínculos culturais com a floresta: a rede da saúde

Muitos sistemas culturais estão intimamente interligados com ambientes de florestas, vivam as pessoas dentro da floresta o à margem da floresta (incluindo habitantes da cidade e pesquisadores que estudem a cultura). As culturas baseadas na floresta têm evoluído dentro do ambiente de florestas e sua sobrevivência requer que esse ambiente seja sustentado.

Os vínculos culturais com a floresta incluem a subsistência, a geração de renda, as plantas medicinais, as funções de gênero, os sistemas de conhecimento e simbólicos e os vínculos espirituais. Fundamentalmente, esse tipo de entrelaçamento entre a cultura e as florestas cria importantes elementos no significado das vidas das pessoas. Sem a floresta, essas pessoas podem ficar à deriva. Enquanto a floresta é destruída, os aspectos relacionados de sua cultura são seriamente afetados. Isso, por sua vez, leva tanto a problemas mentais quanto de saúde e perda de sistemas de conhecimento relacionados com a floresta. Os efeitos são ainda mais prováveis quando a perda de florestas não é planejada, não é controlada e/ou iniciada externamente –o que leva a sentimentos de desempoderamento, inferioridade e impotência entre os povos locais.

A saúde mental das pessoas tem estado bem vinculada à idéia de integridade cultural: elas vivem e morrem dentro de um contexto cultural e ecológico particular, e acham o significado de suas vidas –um componente central do bem-estar humano (e portanto, da saúde)- nesses contextos. Quando esses contextos mudam –seja através de taxas aceleradas de desmatamento ou exposição a culturas estranhas ou outras forças- as pessoas tendem a sofrer efeitos adversos emocionais e físicos relacionados com o estresse.

As doenças mentais podem destruir tanto a motivação quanto a capacidade de manejar os recursos remanescentes efetivamente. A perda do conhecimento ambiental pode ter um efeito similar. Segue-se um ciclo vicioso descendente, afetando adversamente ainda mais o meio ambiente.

[Há uma] variedade de enfoques relacionados com a saúde e as doenças entre os povos das florestas. Essas diferenças culturais podem explicar as respostas às vezes negativas dos habitantes das florestas aos enfoques médicos e de saúde pública baseados nas presunções da universalidade das preferências, necessidades e crenças relacionadas com o cuidado da saúde humana. Tentar curar doenças sem entender as interpretações locais de causa às vezes resulta em tratamento ineficaz, falta de atenção pelos pacientes e uso indevido de medicinas. As tentativas para abordar a fome podem ser ineficazes se os conceitos locais de fome não são entendidos; um erro comum é fornecer alimentos culturalmente inaceitáveis. Manter a saúde humana requer atenção à natureza integral da cultura e as interconexões entre povos da floresta, suas culturas e suas florestas.

A centralidade dos vínculos floresta-pessoas-saúde é clara, particularmente entre caçadores-coletores e muitos grupos de agricultura migratória. Outros assuntos importantes incluem o grau no qual as crenças e práticas sobre a saúde estão integradas com outras partes dos sistemas culturais (sua inserção), as diferentes orientações teóricas e presunções filosóficas sobre a saúde e o cuidado da saúde, e a variedade de enfoques da saúde e as doenças que existem nas florestas do mundo. Manter a saúde humana requer atenção da natureza integral da cultura e as

interconexões entre os povos da floresta, suas culturas e suas florestas. Em escala mais global, a proteção da diversidade cultural pode servir como apólice de seguro contra a o fato de basear-se demais nos modelos culturais ocidentais.

A comunicação efetiva com os povos das florestas requer entendimento de suas visões do mundo e abertura para aprender sobre suas percepções. O conhecimento indígena sobre alimentos e medicina varia em sua aplicabilidade mais ampla e deveria ser avaliado, mas é provável que inclua elementos úteis para os profissionais da saúde e das florestas. Um reconhecimento mais amplo de conhecimento indígena útil pode contribuir com a auto-confiança dos povos das florestas, com implicações positivas para a saúde mental.

Aderir rigidamente a uma visão ocidental da saúde pode de fato trazer mais prejuízos do que benefícios. O uso excessivo e incorreto de antibióticos é talvez o exemplo mais conhecido, mas outros incluem a marginalização (ou até a criminalização) dos que praticam a medicina tradicional, o que reduz o acesso a qualquer tipo de cuidado da saúde; a promoção dos vegetais ocidentais quando há vegetais locais nutritivos facilmente disponíveis; e a relutância dos profissionais médicos formais para reconhecer doenças mentais tradicionalmente definidas, o que resulta na ocultação dessas ocorrências. As novas medicina e seus usos podem ser interpretadas de forma diferente e usadas de forma não apropriada, a menos que os fornecedores construam uma ponte para as visões locais sobre saúde, doença e tratamento. Como muitos autores têm sugerido, os enfoques participativos com o cuidado da saúde podem ser necessários para melhorar a saúde entre os povos das florestas (e outros).

Extraído de: "Forests and human health: assessing the evidence", Carol J. Pierce Colfer, Douglas Sheil, Misa Kishi, Center for International Forestry Research (CIFOR), 2006, Documento Ocasional do CIFOR; No. 45, http://www.cifor.cgiar.org/publications/pdf_files/OccPapers/OP-45.pdf

[início](#)

COMUNIDADES E MONOCULTURAS DE ÁRVORES

- **Brasil: Pataxó, eucaliptos e a sustentabilidade da Veracel Celulose**

O caso da Veracel Celulose serve –como tantos outros- para revelar as falsidades do discurso empresarial sobre "sustentabilidade". A Veracel é uma empresa moderna, propriedade em iguais porções da sueco-finlandesa Stora Enso e da norueguesa-brasileira Aracruz Celulose. A Veracel é proprietária de 164.000 hectares de terra, 78.000 dos que estão plantados com eucaliptos no estado da Bahia, onde no ano passado começou a funcionar sua gigantesca fábrica de celulose, com uma produção anual de 900.000 toneladas de celulose destinadas à exportação.

Em sua página web, a Veracel diz que: "Respeitar o meio ambiente, gerar emprego e renda, promover a melhoria da qualidade de vida da população e dar retorno para os acionistas, seguindo princípios de sustentabilidade, são alguns dos compromissos do empreendimento".

Não temos dúvidas de que a empresa está seriamente comprometida em "dar retorno para os acionistas". No entanto, evidencia-se às claras que seu compromisso de "Respeitar o meio ambiente, gerar emprego e renda, promover a melhoria da qualidade de vida da população" é falso.

Com efeito, em matéria ambiental a empresa tem sido considerada culpável de destruir áreas de Mata Atlântica com cadeias, tratores e incêndios em grande escala (vide boletim do WRM Nº 102). Ou seja, sua responsabilidade em matéria de conservação ambiental está questionada.

Quanto à geração de empregos, fica evidenciado demais que as plantações de eucaliptos constituem a pior opção possível, o que nos casos da Aracruz e a Veracel tem sido documentado em uma pesquisa recente disponível em

<http://www.wrm.org.uy/paises/Brasil/faseESP.pdf>

Em matéria social “promover a melhoria da qualidade de vida da população” obviamente não condiz com a apropriação de terras pertencentes a povos indígenas. No entanto, o fato é que a empresa continua com a invasão de terras tradicionais do povo indígena Pataxó, como afirmaram os próprios indígenas no Documento Final da IV Assembléia da Frente de Resistência e Luta Pataxó, realizada em agosto de 2005. Nele os Pataxó diziam que “Essa empresa [Veracel] vem agredindo nosso meio ambiente, cooptando nossas lideranças com distribuição e promessas de benefícios com o objetivo claro de nos dividir e continuar invadindo nosso território”. Cooptar lideranças como mecanismo de divisão resulta antagônico com a afirmação –também extraída da página web da Veracel- de que “baseia suas relações na transparência e na ética”.

Por maiores detalhes, neste ano no Documento Final da V Assembléia da Frente de Resistência e Luta Pataxó, os indígenas e as organizações que os apóiam exigiram o “Fim do plantio de eucalipto em nossas terras que se encontra sob o domínio da empresa Veracel Celulose, que continua agredindo o nosso meio ambiente”.

Ou seja que essa empresa, que afirma estar comprometida com os princípios de sustentabilidade, continua mantendo em seu poder terras pertencentes aos Pataxó e plantando eucaliptos nelas, sendo acusada de continuar agredindo o meio ambiente. Talvez devemos redefinir a palavra “sustentabilidade” para adaptá-la às práticas da Veracel, já que em sua aceção mais aceita, o uso que se faz dela é claramente um engano.

Artigo redigido com base no Documento Final da V Assembléia da Frente de Resistência e Luta Pataxó e página web da Veracel: <http://www.veracel.com.br/pt/>

[início](#)

- Chile: a empresa de celulose Celco S.A. é enfrentada de novo pelo povo de Mehuín

O povo costeiro de Mehuín está localizado na área nordeste da Província de Valdivia, nos limites das IX e X regiões e se localiza em uma pequena bacia onde desemboca o rio Lingue, rodeado de cerros da cordilheira costeira. Tem uma população de aproximadamente 1.700 pessoas, mas convive com 13 comunidades de uns 3.000 indígenas mapuches-lafkenche que descem ao povo a vender seus produtos e a abastecer-se. Existem também setores muito definidos em Mehuín, com suas próprias particularidades culturais. Um deles é o dos pescadores artesanais que habitam preferentemente um setor do povo chamado “la caleta” ao lado do rio Lingue e onde se desenvolve grande parte da vida cotidiana do povo.

Há quase 10 anos, a empresa de celulose chilena Celco S.A. começou a fazer estudos em segredo para instalar lá uma fábrica e construir um ducto que levaria à bacia 900 litros por segundo de resíduos industriais líquidos (Riles). O projeto foi aprovado em maio de 1996 e a resolução ambiental lhe dava a possibilidade à Celco de escolher entre duas alternativas para os resíduos líquidos: despejá-los em um rio, instalando um sistema mais moderno, ou no mar a 35 quilômetros de distância.

Para a empresa, a alternativa mais econômica era chegar ao mar, mas se encontrou com a oposição ao projeto da comunidade de Mehuín, a que desde o início se opôs à realização dos estudos, convencida de que isso garantiria sua aprovação e execução e a conseguinte poluição do mar. Organizou-se uma campanha de rejeição ao uso do mar como lixeira de resíduos poluidores que se chamou NÃO AO DUCTO.

Perante essa oposição, a Celco reagiu com os mesmos argumentos utilizados em outros conflitos no país. O primeiro era tentar impor o projeto como uma decisão da autoridade, dizendo à comunidade que opor-se era um crime para assustá-la. A prepotência e o autoritarismo foram ferramentas fortes e validadas. O segundo passo era convencer às pessoas dos benefícios do projeto, desprestigiando todo argumento e grupo que estivesse contra, especialmente os

grupos ambientais aos que se acusava de terroristas e manipuladores. O terceiro passo era oferecer dinheiro, o que era fácil para um projeto que investia USD 1.400 milhões. Ofereceu-se uma escola nova, materiais de trabalho aos pescadores, até um cais para cobrir o ducto que entraria no mar. Também dinheiro para alguns dirigentes, se o conflito acabava. Além disso, a Celco se apoiou no poder dos meios de comunicação afins aos empresários, sendo o jornal de Valdivia o mais decidido defensor do projeto.

O governo tentou impor o projeto como uma decisão adotada por equipes técnicas e que qualquer oposição da comunidade devia ser feita no marco da legislação em vigor. Para o governo o que importava era reafirmar sua política de crescimento econômico e isso significava apoiar todo investimento privado e o modelo florestal fazia parte desse processo.

A Celco tentou ingressar por mar e terra a Mehuín para fazer os estudos, mas achou uma comunidade já muito organizada e que tinha conseguido sensibilizar grande parte da opinião pública. O governo estava exposto ao olhar do país e de parte da comunidade internacional que olhava com preocupação o que acontecia nos conflitos ambientais e indígenas, bem como a forte repressão que existia em algumas áreas mapuches. Perante a iminente derrota, a empresa e o governo negociaram uma saída ao conflito: aprovar o projeto com a alternativa inicial proposta no primeiro projeto: despejar os resíduos líquidos no rio Cruces com um tratamento ambiental mais moderno e que garantiria menor poluição.

Mas pouco depois de iniciadas as atividades da fábrica, com seu despejos no rio Cruces, os valdivianos começaram a sentir cheiros pestilentos que geraram uma série de medidas de reclamação. O que é pior ainda, uma ameaça silenciosa descia pelo rio Cruces, um caldo químico formado por metais pesados, sulfatos e compostos organoclorados, alimentados por um milhão de litros diários de resíduos industriais líquidos, que inundou as águas do Santuário da Natureza Carlos Anwandter (30 quilômetros água abaixo da Fábrica de Celulose), provocando a morte e migração de milhares de cisnes de pescoço preto.

A crise ambiental conscientizou milhares de habitantes da província e do país. Depois de meses de mobilização, o Presidente da época, Ricardo Lagos, apresentou a "solução" à crise: despejar os resíduos da Celco no mar.

De novo os mehuinenses –que tinham conseguido influenciar o grupo econômico mais poderoso do país e essa idéia de desenvolvimento nacional que de forma simplista considera que o crescimento do país precisa do sacrifício de alguns, apesar de que isso signifique a morte de pequenos ecossistemas do país- estão em pé de resistência. Seu objetivo continua sendo evitar a poluição de suas águas e salvar assim sua única fonte de sustentação. Estão convencidos de que basta a apresentação de um Estudo de Impacto Ambiental por um grande conglomerado econômico como a Celco, para que ele seja aprovado, e portanto estão dispostos a impedir sua realização na área. O princípio preventivo e as possibilidades de reverter uma decisão da autoridade, utilizando os mecanismos de participação cidadã são nulas. Historicamente, apenas 4% dos projetos submetidos a esse instrumento de gestão tem sido rejeitados e dos aprovados, não mais de 25% são submetidos a uma mínima fiscalização, portanto não é ousado concluir que os Estudos de Impacto Ambiental apenas recolhem declarações de intenções que na maioria dos casos não se cumprirão.

Nesse contexto aconteceu que a comunidade de Mehuín acordou na quinta-feira 17 de agosto com a sirena ativada pelos vigias dos cerros, anunciando a chegada de embarcações no local onde a Celco devia iniciar as medições. Dois rebocadores contratados pela empresa chegaram perto de Punta Chanchán, escoltados pelas lanchas patrulheiras "Chiloé" e "Antofagasta" da Marinha e um navio de guerra com mais de 100 fuzileiros navais, entre os que havia alguns homens encapuzados e embarcações zodiac dispostos para atuar.

Em 20 minutos as embarcações de pescadores chegaram ao lugar para enfrentar a iniciativa. Somaram-se mais 30 barcos de Queule, no sul da Nona Região, os que também se opõem ao ducto. Os agentes públicos atiraram às embarcações de pescadores em reiteradas oportunidades, o que está devidamente filmado. À tarde, depois da

fechada oposição dos pescadores, os dois rebocadores se retiraram para o norte e as embarcações da Marinha voltaram para Corral e Valdivia.

O presidente da Federação de Pescadores de Mehuín, Joaquín Vargas, exprimiu que defendem a fonte de trabalho de mais de 400 famílias que vivem da pesca. “Estamos defendendo o direito de trabalhar em um ambiente livre de poluição. É o que cabe ao Estado, velar por um ambiente livre de poluição, salvaguardar o patrimônio de todos os chilenos, como estabelece a Constituição”, disse.

Na opinião de Vargas, os estudos de impacto ambiental não são qualquer garantia para os pescadores, já que sempre acabam sendo aprovados. “Onde funcionam as fábricas de celulose com Estudo de Impacto Ambiental os resultados são patentes. Bem perto podemos vê-lo em Valdivia no rio Cruces. Lá havia cisnes que podiam voar, nós, os pescadores não temos asas para voar”.

Artigo redigido com base em informação obtida de: “El conflicto de Mehuín”, José Araya Cornejo, <http://www.wri-irg.org/nonviolence/nvse23-es.htm>; e em informação enviada por Vladimir Riesco Bahamondes, Acción por los Cisnes, e-mail: riesco@surnet.cl e por Lucio Cuenca, Observatorio de Conflicto Ambientalista de Santiago, e-mail: “Segundo intento de la empresa por iniciar estudios en la zona. Con presencia de buque de guerra y marinos encapuchados Celco no pudo iniciar estudio para ducto al mar”, Eliab Viguera, OLCA. (Video en: <http://www.mehuincelco.blogspot.com/>)

[início](#)

- Chile: a floresta de Ñielol – testemunha de mentiras sobre florestas e plantações

O cerro Ñielol que está na cidade de Temuco, na IX Região do Chile, é fiel testemunha das numerosas mentiras que se escutam tanto nessa região como em muitas outras desse país e outros países com relação às florestas e as plantações.

A primeira delas se refere ao fato de que se quer confundir às pessoas falando em florestas quando na realidade está falando-se em monoculturas de árvores. As empresas florestais, primeiras interessadas nessa confusão utilizam várias expressões: florestas, florestas plantadas, florestas artificiais, florestas de produção, florestas de desempenho. No entanto, a diferença entre florestas e plantações é evidente para qualquer pessoa que, depois de percorrer as monótonas culturas de pinus e eucaliptos da região chegar à floresta de Ñielol.

Observando sua beleza e sua biodiversidade é possível confirmar o fato de que estamos em uma floresta. Nela é possível achar numerosas espécies de árvores nativas, como *Quillay*, *Carvalho*, *Coihue*, *Luma*, *Temu*, *Nirre*, *Lleuque*, *Raulí*, *Canelo*, *Maitén*, *Huala*, *Hualo*, *Olivillo*, *Peumo*, *Boldo*, *Copihue* (flor nacional), que por sua vez albergam muitas outras espécies animais e vegetais.

Na entrada da floresta de Ñielol, podemos achar mais uma evidência da grande diferença que há entre uma floresta e uma plantação. Um cartaz indica que o índice de perigo de incêndio nessa floresta é baixo. Em contraposição, os cartazes que se encontram geralmente ao lado de qualquer plantação anunciam o contrário: Alto perigo de incêndio. A razão dessa diferença é que as florestas, geradoras de água, são capazes de conservar a umidade do ecossistema e portanto tendem a eliminar a possibilidade de que se gerem incêndios. As plantações, conhecidas por sua capacidade para esgotar os recursos hídricos e ressecar os solos, aumentam as possibilidades da ocorrência de incêndios e muitos casos demonstram isso.

O Ñielol também é testemunha para os habitantes de Temuco e para os que o visitam (pelo menos para os que podem pagar o bilhete de admissão), de toda a riqueza que já não está à disposição das comunidades, apesar de que tenham sido justamente elas as que têm sabido utilizá-lo, mas protegendo-o para as futuras gerações.

As empresas florestais geralmente afirmam que são elas com suas plantações as que mitigam a pressão existente sobre as florestas. Nada mais longe da verdade. Os moradores locais afirmam que é mentira que as plantações tenham mitigado o desmatamento; pelo contrário, ele aumentou. Uma das razões é que como a madeira das plantações é cara e inacessível para uso doméstico, o fornecimento de lenha se faz às expensas das escassas áreas de florestas que ainda não foram destruídas pelas empresas florestais para instalar suas plantações.

Isto é, que as empresas plantadoras não apenas são diretamente responsáveis do desmatamento passado mas também são responsáveis do desmatamento atual. Efetivamente, os povoadores locais dizem que, quando as empresas estão “limpando a floresta” para substituí-la por plantações, o fazem rapidamente e com maquinaria pesada e assim fazem desaparecer centenas de hectares em pouco tempo. Uma pessoa afirma que acaba de presenciar isso na comuna de Cunco, perto de Temuco. Não é estranho, é um fato que vem sendo denunciado desde 2003 por diferentes organizações. A maioria das denúncias dessa região são relativas à empresa Forestal Millalemu. Resulta incrível então que essa empresa tenha sido certificada pelo FSC e nomeada para concorrer pelo prêmio pelo Conselho Consultivo Regional da Comissão Nacional do Meio Ambiente, CONAMA.

Por sua vez, diferentes organizações sociais de várias regiões do país se reuniram no passado 28 de julho na cidade de Temuco. Conscientes de que o modelo florestal chileno está sendo promovido em muitos outros países latino-americanos e no resto do mundo como exemplo de desenvolvimento, descrevem em uma carta pública os impactos negativos que as monoculturas florestais têm causado às comunidades em seu território:

“Nossas ricas florestas, das que nossas comunidades se alimentaram e nas que viveram durante centenas de anos têm sido substituídas em grande parte por monoculturas florestais das que as comunidades não obtemos benefícios.

As monoculturas florestais têm afetado o nível de água de nossos rios e córregos e têm produzido uma redução da diversidade de espécies de árvores e de sua flora e fauna associada. Também têm causado outros danos ambientais como a erosão e a degradação do solo, a aparição de pragas e doenças e problemas com a saúde das comunidades pelo uso de venenos para combatê-las. As pesquisas com árvores transgênicas que já estão sendo levadas a cabo nessas regiões apenas agravarão mais os impactos ambientais negativos.

As monoculturas florestais não têm aumentado as fontes de trabalho nem têm melhorado o nível de vida das comunidades próximas a elas, como foi anunciado por seus promotores durante décadas, mas as têm empobrecido cada vez mais, têm gerado trabalho escravo com alto nível de risco, têm aumentado a insegurança do trabalho e a migração do campo para a cidade. As duas regiões mais plantadas do país são também as que têm o maior índice de pobreza.

A grande maioria das terras das comunidades passaram às mãos de grandes empresas transnacionais e poderosos grupos econômicos que se beneficiaram com o Decreto-Lei 701 de subsídio ao florestamento, emitido em outubro de 1974, um ano depois de instaurada a ditadura militar e em vigor até hoje. A esse subsídio se acrescentaram créditos especiais para realizar as plantações e a eliminação de tributações tanto sobre a terra quanto sobre as plantações. A liberalização total do mercado de produtos florestais promoveu ainda mais a expansão florestal, já que eliminou cotas, tarifas e normas que estabeleciam requisitos mínimos para a exportação desses produtos. Há alguns anos que as empresas têm conseguido manejar novas estratégias para que órgãos do Estado tenham ainda mais fundos públicos para envolver pequenos camponeses na plantação de árvores. Além disso, a população subsidia permanentemente as empresas, já que o Estado deve assumir os custos econômicos associados com caminhos, rodovias e pontes, os custos sociais relacionados com a deterioração da saúde, aumento da marginalidade e a delinquência e os custos socio-ambientais decorrentes da eliminação da floresta nativa e a mudança do uso tradicional da terra e deficiências alimentares.

A instalação de fábricas de celulose em nosso território tem gerado maiores problemas socio-culturais, ambientais e

econômicos nas comunidades onde se instalaram.

O modelo florestal chileno também tem deixado uma seqüela de centenas de detidos, processados e condenados; dezenas de feridos; milhares de mobilizados por querer recuperar o território usurpado, a maioria deles do povo Mapuche, e tentar frear as monoculturas florestais e a instalação de fábricas de celulose”.

No cume do Ñielol, um grande cartaz transcreve dois poemas de Selva Saavedra. Em um deles titulado “Ex árboles” (Ex árvores), a poetisa chilena já se perguntava no século passado: “o desmatamento...até quando?” Muito boa pergunta. Deveríamos acrescentar: “o florestamento...até quando?”

Por Ana Filippini, Movimiento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM), e-mail: anafili@worm.org.uy. É possível ver este artigo com fotos em: <http://www.wrm.org.uy/paises/Chile/Nielol.pdf>

[início](#)

- Uruguai: empresa de celulose Botnia pretende tirar proveito da mudança climática

A empresa finlandesa Oy Metsä-Botnia Ab (nome comercial Botnia), fundada em 1973, é a segunda maior produtora de celulose da Europa. Tem quatro empresas subsidiárias, das quais duas estão instaladas no Uruguai: a Companhia Forestal Oriental S.A. (FOSA), para o desenvolvimento de plantações de eucalipto; e a Botnia S.A., para levar a cabo o projeto de instalação de uma fábrica de celulose de um milhão de toneladas anuais.

A instalação da mega fábrica -com toda a infra- estrutura e suas plantas anexas de produtos químicos, mais as plantações de eucaliptos de fornecimento- significa, não apenas para a Botnia senão para a Finlândia como país, o maior empreendimento industrial privado no exterior de sua história. A empresa terá garantida a disponibilidade de grandes volumes de celulose de fibra curta barata, obtida da madeira de suas extensas plantações de eucaliptos, cujo rápido crescimento nos generosos solos uruguaios permite cortá-los após 7 ou 8 anos de plantados.

A empresa encontrou no Uruguai condições muito vantajosas: terras e mão de obra baratas, quantias subvenções diretas e indiretas para o estabelecimento das plantações de eucaliptos, enormes benefícios garantidos com a concessão de zona franca -que a isenta do pagamento de impostos- e o uso ilimitado e totalmente gratuito dos abundantes volumes de água doce que exige o crescimento de seus eucaliptos e o processamento da celulose. E ainda cabe adicionar que o Estado uruguaio constrói e mantém gratuitamente a infra- estrutura viária necessária para o transporte da madeira até a fábrica.

As perspectivas de lucros da Botnia no Uruguay são portanto muito auspiciosas, mesmo que sua presença na região é também muito controvertida, como já assinalamos nos boletins N° 75, 83, 91, 94, 95, 100, 102, 103, que tratam de ações contra sua instalação que remontam a 2003.

Mas a inventiva da empresa para aumentar sua rentabilidade parece não ter limites. A notícia mais recente é a apresentação de um projeto para amparar- se sob o mecanismo criado no contexto do Protocolo de Kioto da Convenção sobre Mudança Climática das Nações Unidas para a redução dos gases de efeito estufa, denominado “mecanismo de desenvolvimento limpo” (MDL). Tal como já tínhamos analisado no ano 2000 (vide boletim do WRM N° 37), este instrumento autoriza os poluidores a “compensar” suas emissões na medida em que invistam, em países do sul, em projetos que supostamente reduzem as emissões de gases de efeito estufa.

O fato é que a Botnia apresentou seu projeto MDL neste mês na Faculdade de Engenharia da Universidade da República Oriental do Uruguai através de duas consultoras: a uruguaia Carbosur e a finlandesa Poyry. É importante salientar a presença da Poyry (antes chamada Jaakko Poyry), já que esta consultora teve um papel essencial na promoção de monoculturas de árvores de rápido crescimento e plantas de celulose no mundo inteiro, em todos os

casos recomendando, obviamente, o uso de tecnologia e assessoria finlandesas.

O projeto MDL da Botnia está baseado em um raciocínio mais complicado que o acostumado em projetos deste tipo. A empresa geraria eletricidade mediante a queima do licor negro derivado do processo de fabricação de polpa da madeira. Essa eletricidade seria usada em seu processo de produção e teria um excedente de 32 MW de eletricidade que venderia à rede elétrica pública (a entidade estatal UTE). Conforme a Botnia, as emissões resultantes da queima do licor negro seriam nulas, por tratar-se de “um material de biomassa renovável” (as plantações de eucalipto), afirmando que “A combustão do licor negro não produz emissões de gases de efeito estufa devido a que faz parte de um ciclo que implica sua reposição por novo crescimento de biomassa” (dos eucaliptos). Onde fica então o MDL? Sempre conforme a Botnia, “Com isso estaria reduzindo emissões de gases de efeito estufa mediante a substituição de geração elétrica a partir de combustíveis fósseis [por parte da UTE] pela geração a partir de biomassa renovável” [por parte da Botnia].

Se o projeto for aceito como MDL, a Botnia recibirá um lucro adicional com a venda dos “créditos de carbono” em um “mercado do carbono” em que numerosos estados e empresas poluidoras estão ávidos por “compensar” suas atividades poluidoras com estes papéis que possibilitam que tudo continue igual... Para a Botnia, é um negócio de arromba: vende a eletricidade que tem em excesso e ao mesmo tempo vende créditos de carbono.

Contudo, ainda dentro da lógica do MDL há muitas interrogações, em particular quanto à chamada “adicionalidade”. Em efeito, para evitar que sejam concedidos créditos de carbono a projetos que poderiam ser desenvolvidos de qualquer jeito, a Convenção de Mudança Climática estabeleceu regras para garantir a “adicionalidade” do projeto.

Para aderir-se ao sistema é imprescindível que o projeto possa demonstrar que a mitigação de gases de efeito estufa seja devida à implementação do projeto e que essa mitigação não aconteceria sem ele. Porém, se consideramos o projeto no conjunto (desde o corte das árvores até a exportação da celulose) é bem provável –como já veremos mais à frente– que as emissões totais de gases de efeito estufa por parte da Botnia sejam maiores das que teria havido no país sem sua presença.

Outro dos aspectos que são considerados para avaliar a “adicionalidade” é se o projeto requer, para ser comercialmente viável, da atribuição de créditos de carbono. No caso da Botnia, isto claramente não é assim, já que o projeto apresentado para a aprovação da planta de celulose já incluía a queima do licor negro para gerar energia e não só era economicamente viável como também, em palavras de seu presidente “seus custos de produção seriam de cerca da metade daqueles de uma planta moderna de celulose na Finlândia”. (Helsingin Sanomat, 8 de marzo de 2005)

Por outro lado, a Botnia afirma que a diminuição de emissões não seria feita em sua fábrica, senão na empresa estatal de eletricidade, afirmando que “A demanda futura de eletricidade no Uruguai deverá ser satisfeita através da crescente geração a partir de combustíveis fósseis (petróleo e gás natural), os quais emitem gases de efeito estufa”.

Por que é tão certo que os 32 MW de eletricidade que a UTE compraria da Botnia os teria gerado necessariamente a partir de combustíveis fósseis, quando tem em operação três represas hidrelétricas próprias e uma dividida com a Argentina e cabe a possibilidade de desenvolver outras fontes de energia como a eólica, os biocombustíveis ou a solar?

Por outro lado, o cálculo que faz a Botnia quanto a emissões é totalmente simplista. Em efeito, a Botnia sustenta que as emissões resultantes da queima do licor negro são nulas, porque as “compensa” com suas plantações de eucalipto em crescimento. No entanto –ainda assumindo que isso fosse certo– “esquece” mencionar as emissões que gera o

projeto em sua totalidade. De um lado, omite mencionar as quantiosas emissões atuais resultantes da construção da fábrica. Do outro lado, também esquece mencionar as emissões resultantes do projeto funcionando no conjunto, quer dizer, as emissões das fábricas de productos químicos associadas à produção de celulose, o consumo de combustível da maquinaria florestal, o transporte em caminhões da madeira até a fábrica, que se anuncia extremamente intenso (há cálculos que falam de até um caminhão a cada 2,5 minutos, as 24 horas, todos os dias do ano), o movimento portuário, o consumo de combustível dos barcos que levam a celulose para as plantas de papel na Finlândia e na China, etc.

Resumidamente, corresponde, em primeiro lugar, estabelecer a linha de base das emissões de gases de efeito estufa antes de começar a construir a fábrica. Isso permitiria analisar seriamente o balanço líquido de emissões de gases de efeito estufa decorrentes da instalação e funcionamento da fábrica da Botnia. Com certeza o resultado será que –no Uruguai– as emissões de tais gases terão aumentado substancialmente, que é precisamente o que a Convenção sobre Mudança Climática pretende evitar.

Porém, neste cenário de ficção, onde a poluição é transformada em mercado e as emissões de carbono em contas correntes, perde-se totalmente de vista que a trama da vida não funciona assim. Em teoria, as emissões poderão ser consideradas “nulas” e “compensadas” pelos eucaliptos em crescimento, mas na prática, estarão todos os dias saindo pela chaminé. Quem sofrerá os efeitos da poluição serão os ecossistemas e as pessoas –uruguaí@s e argentin@s- que moram nas proximidades da gigantesca fábrica da Botnia, que não apenas emitirá dióxido de carbono, como também outras tantas substâncias químicas como sulfuretos e inclusive dioxinas, capazes de abalar a saúde das populações vizinhas.

A despeito disso, este mecanismo perverso outorga um verniz “verde” a projetos, atividades e empreendimentos em países do Terceiro Mundo que os condenam a seguir presos à dependência dentro de uma ordem mundial injusta na qual a desigualdade cresce cada vez mais, os bens naturais são explorados sem limites e onde a pobreza e a exclusão importam menos que as necessidades do mercado. Nesse contexto, até a própria mudança climática, um dos problemas ambientais mais graves do planeta, acaba dando origem a mais um negócio –o mercado do carbono- do qual a Botnia agora tenta tirar proveito.

No Uruguai, o Projeto MDL da Botnia constitui um passo mais para reforçar os interesses que pretendem colocar o país --no dizer do conhecido escritor uruguaio Eduardo Galeano-- “na mais pura tradição colonial: imensas plantações artificiais que dizem ser florestas e se transformam em celulose em um processo industrial que joga detritos químicos aos rios e faz o ar irrespirável”.

[início](#)

- Indonésia: das plantações de dendezeiro, com repressão...

As culturas intensivas de dendezeiro e a extração dos azeites produzidos para a exportação sempre estiveram ligados à repressão. A cultura em plantações foi originariamente estabelecida pelos regimes coloniais. Depois da Segunda Guerra Mundial, foi incentivada uma rápida expansão das plantações na Ásia relacionada com a limpeza das florestas- ação usada como uma arma para combater os rebeldes malaios.

O crescimento das plantações não foi acompanhado pela ampliação dos direitos para os trabalhadores/as das plantações de dendezeiro. O trabalho continua sendo duro e perigoso. As técnicas da produção apenas foram modificadas no decorrer dos últimos 150 anos. O gancho de madeira antes usado para colher a fruta tem sido substituído em algumas plantações por um gancho de uma liga de metal ainda mais afiado. E atualmente, os trabalhadores/as devem aplicar copiosas quantias de herbicidas tóxicos sem a proteção necessária, fumigando com latas que pingam colocadas nas suas costas. Os acidentes são comuns e a expectativa de vida é curta. As organizações sindicais são, freqüentemente, reprimidas com brutalidade.

Com o intuito de dismantlar um sindicato recentemente formado, a Musim Mas- a maior refinaria de azeite de dendê do mundo, com sede em Sumatra, na Indonésia- no ano passado demitiu de vez mais de 1.000 integrantes sindicais como represália de uma greve. A companhia expulsou os trabalhadores/as de seus lares e as crianças das escolas, e maquinou a prisão e o julgamento de 6 dirigentes sindicais. Atualmente, esses 6 homens jovens estão cumprindo condenações que vão de 14 meses a 2 anos pelo "delito" de terem tentado exercer seus direitos coletivos como trabalhadores.

A UITA vem consolidando o apoio sindical mundial para um considerável grupo desses trabalhadores/ as que tinham resistido os esforços da companhia em fazê- los renunciar por escrito a seus direitos e a sua filiação sindical se aceitassem indenizações por suas demissões. Esta fase de luta acabou quando o sindicato nos informou que uns 200 trabalhadores/ as que mantinham a resistência, aceitaram , no dia 7 de junho, a indenização financeira pela perda de seus empregos. Em troca disso, foram pressionados a desistir de todas as reclamações jurídicas contra a companhia; ou seja que as demissões coletivas não podem ser impugnadas através do processo de apelação. A indenização é de uns 123 dólares por trabalhador/a- o equivalente ao salário de 6 semanas. Os seis prisioneiros também foram obrigados a renunciar a seu direito de apelar contra suas absurdas condenações, as que foram denunciadas por Anistia Internacional e outras organizações de direitos humanos por ter sido incriminada a atividade sindical. A fome é uma arma poderosa nas mãos de uma companhia despiedada.

A companhia louvou o "mútuo acordo" ao anunciar que "Esse assunto foi resolvido de acordo com as leis trabalhistas da Indonésia e conforme todas as regulamentações do país. Estamos dedicados a comprometer proativamente nossos acionistas, tanto na Indonésia quanto no estrangeiro, para promovermos uma indústria do azeite de dendê sustentável".

O governo, acusado na OIT das Nações Unidas, devido a violações em série dos convênios internacionais sobre direitos sindicais, elogiou o acordo que "vai contribuir para relações trabalhistas mais positivas na indústria do azeite de dendê".

Em poucas palavras, a situação da Indonésia é a seguinte: Foram destituídos mil trabalhadores/as expulsando- os de seus lares, foi desbaratado um sindicato e 6 dirigentes sindicais estão detidos, mas o cumprimento da legislação nacional foi obtido pagando 123 dólares e obrigando os prisioneiros a um "acordo de paz ", no qual eles renunciam a seus direitos.

As filiadas da UITA no mundo inteiro responderam a nossos apelos com mensagens à companhia e ao governo e com um generoso apoio financeiro (que atualmente ajudará as famílias dos militantes sindicais detidos). O fato de que nossa campanha estava começando a ganhar terreno fica demonstrado pela nova vontade da companhia de reunir- se com uma organização que anteriormente tinha rejeitado reconhecer e tentou destruir. Em um número de companhias chave, os sindicatos ligados à elaboração de alimentos instaram suas gerências empresariais a examinar seus fornecimentos de azeite de dendê e, em particular, suas vinculações com a Musim Mas. Em um caso, a intervenção da UITA conseguiu que um varejista transnacional suspendesse temporariamente sua utilização da Musim Mas como um elaborador de produtos de sua própria marca. Na Holanda, a FNV exortou o governo a cessar seu apoio financeiro à Mesa Redonda sobre o Azeite de Dendê Sustentável (RSPO, sigla em inglês), o mecanismo de relações públicas "socialmente responsável" da indústria, integrado por "múltiplas partes interessadas", incluindo a Musim Mas como um membro da Diretoria Executiva, junto ao Fundo Mundial para a Natureza (WWF, sigla em inglês) e Oxfam. A investigação pública das condições sociais subjacentes na produção de azeite de dendê continua e não será facilmente anulada.

A campanha estava dando bons resultados e não deverão ser esquecidas as lições aprendidas, já que o azeite de dendê continua sendo um setor em auge fundado sobre uma exploração atroz. Dificilmente, a Musim Mas seja a exceção entre os produtores de azeite de dendê que esmaçam os direitos para obterem lucros. O uso do azeite de

dendê como um biocombustível significa que seu preço atualmente está vinculado ao custo em alta dos hidrocarbonetos, estimulando ainda uma maior avidez. É incentivado como uma alternativa à bananeira na América Latina e é promovido como uma alternativa saudável (que não é) aos azeites polissaturados nos alimentos elaborados. As áreas de cultura estão crescendo com muito ímpeto, representando uma ameaça para o meio ambiente e para os trabalhadores/as.

A UITA já não mantém um conflito trabalhista com a Musim Mas. Porém, continua existindo um problema ainda maior com a companhia e com a ilegitimidade e a barbárie do setor em seu conjunto. O Banco Mundial, através de sua entidade de financiamento do setor privado, a Corporação Financeira Internacional (CFI), está incrementando seu apoio para expandir as culturas. A RSPO, através de sua relação privilegiada com o Banco Mundial, oferece uma cobertura "sustentável" para financiar o tipo de destruição social que a Musim Mas desferiu a quem gera seus dividendos.

As organizações sindicais vinculadas à elaboração de alimentos devem continuar questionando suas companhias sobre as fontes de azeite de dendê e outros insumos derivados de práticas indefensáveis. Os partidários da justiça para os trabalhadores/as do azeite de dendê devem examinar mais rigorosamente como as ONGs arriscam – ainda com boa-fé – servir de camuflagem a companhias como a Musim Mas. É necessário que a WWF e Oxfam, ao mesmo tempo que exercem suas funções na Diretoria Executiva da RSPO, analisem minuciosamente suas próprias posições quanto aos direitos dos trabalhadores/as do azeite de dendê. As organizações sindicais holandesas estão com a razão: o apoio do governo à RSPO e às atividades das ONGs a respeito do azeite de dendê, que nos afastam das soluções urgentes, é um escândalo que deve ser interrompido. Além disso, a RSPO deve ser impugnada para que explique a participação da Syngenta na Mesa Redonda. A Syngenta fabrica o paraquat, o herbicida mais tóxico do planeta. O paraquat é responsável pela morte de dezenas de milhares de trabalhadores/as rurais a cada ano e é usado largamente nas plantações de azeite de dendê. O sindicato da Musim Mas tentou negociar uma aplicação mais segura dos produtos químicos tóxicos e foi esmagado. A companhia, cujo produto mata os trabalhadores/as do azeite de dendê, atualmente solicitou ser integrante da RSPO com plenos direitos de voto.

As relações públicas não vão redundar na sustentabilidade de uma indústria fundada sobre a supressão dos direitos humanos. A única alternativa é a organização sindical e instrumentos obrigatórios e exigíveis para garantir o respeito dos direitos. A brutalidade e a rejeição dos direitos escoram a corrente do azeite de dendê. É evidente em si própria a causa em favor de sindicalizar os trabalhadores/as deste setor. A UITA está engajada em garantir tal organização.

Por UITA, correio eletrônico iuf@iuf.org, http://www.iufdocuments.org/cgi-bin/editorials/db.cgi?db=default&ww=1&uid=default&ID=475&view_records=1&es=1

[início](#)

- Indonésia: plantações de dendezeiro invadem terras tradicionais das comunidades

Durante os últimos 25 anos, o meio ambiente de Kalimantan Ocidental tem sido alterado radicalmente. Grande parte da floresta que fornecia o sustento das comunidades têm sido cortada e as terras foram destinadas para companhias que desmatam a fim de abrirem caminho para as plantações de dendezeiro. Mesmo que a floresta tradicionalmente tenha reservas para as futuras gerações (*hutan cadangan*) é vítima da “transformação da floresta”, já que o governo considera a terra deixada sem cultivar pelos sistemas tradicionais de lavoura como “descuidadas” ou “críticas”.

Os povos indígenas perderam seus meios de vida e já não têm uma fonte de madeira e peixe a seu alcance, nem podem cultivar arroz, vegetais e outras lavouras; eles devem comprar alimentos. Assim, a introdução de plantações de dendezeiro provocou o empobrecimento das comunidades locais.

As plantações também ocultam os limites naturais entre as unidades tradicionais (kampong) acarretando mais conflitos entre as comunidades. Sob o denominado sistema “plasma”- que geralmente faz referência à área cultivada pelos minifundiários que abastece a planta processadora “central”- , podem ser asignadas às pessoas, parcelas de dendezeiros em terras tradicionais (adat) que pertençam a outras comunidades ou inclusive que estejam em outros sub- distritos. Assim, as comunidades já não têm o controle sobre suas terras tradicionais e isso debilita todo o sistema adat.

Ao ser a terra adat incorporada às plantações de dendezeiro como parte principal de uma propriedade, seria provável supor que a família virasse escrava assalariada em suas próprias terras .

A autonomia regional piorou as coisas, denuncia Pak Cion Alexander, um agricultor camponês de Sanggau, Kalimantan Ocidental, que é formado em Direito e ativista comunitário na organização Gerakan Rakyat Pemberdayaan Kampung (GRPK). As autoridades locais estão engajadas em introduzir as plantações de dendezeiros em suas áreas a fim de aumentar sua receita local, gerar emprego, fornecer caminhos e dar melhoras às comunidades. Atualmente, há 40 companhias plantadoras só em Sanggau.

Tal como Pak Cion Alexander afirma: “É verdade que a assembléia distrital de Sanggau aprovou uma regulação local sobre o governo das aldeias (*Perda* No 4/2002) que nos dá a possibilidade de voltar a nosso sistema tradicional, baseado no kampong. Durante gerações, o adat constitui as bases de comunidades independentes e altamente democráticas que tinham o controle sobre os recursos naturais dentro de suas terras tradicionais. As decisões devem ser tomadas por toda a comunidade, e não apenas por uma elite. O sistema padronizado de governo das aldeias introduzido pelo regime de Suharto em 1979 modificou isso tudo. Porém, nós queremos que nosso sistema adat seja reconhecido. Assim, nós temos exigido uma nova regulação logo depois de a autonomia regional ter sido introduzida.”

Mas o problema é que “as companhias abusam dos sistemas de governo tradicionais. O governo é cúmplice nisso porque estabelece suas próprias organizações ‘adat’ oficialmente aprovadas e designa seus líderes. É dessas pessoas que as companhias se aproximam para transferir os direitos tradicionais.”

“É de vital importância que os direitos indígenas sejam reconhecidos em uma legislação nacional e além disso que sejam fortalecidos apesar dos regulamentos locais. O direito a um consentimento livre, prévio e informado faz parte disso, para nós podermos escolher se aceitamos ou rejeitamos uma plantação em nossas terras. Nós também precisamos mapear a extensão de nossas terras tradicionais, para que as companhias não possam tirá-las de nós tão facilmente. As plantações em Parindu, Kembayan, Tayan Hulu, Tayan Holir e Kapuas deveriam voltar a ser terras tradicionais das comunidades indígenas porque os procedimentos de obtenção das terras desrespeita tanto a lei nacional quanto a *adat*.”

Artigo baseado em informação obtida de "From Singapore to West Kalimantan", Down to Earth No. 68, fevereiro de 2006, <http://dte.gn.apc.org/68oi3.htm>

início

- Peru: a Amazônia ameaçada pelos projetos das plantações de dendezeiro

As plantações de dendezeiros se expandem na América do Sul: na Colômbia, no Equador e agora o no Peru, que adere ao impulso comercial. As empresas acham lucrativas oportunidades às expensas da inestimável floresta amazônica e da vida dos camponeses, os que são deslocados das terras nas que trabalham para obterem sua sustentação.

No ano de 2000 o Ministério da Agricultura elaborou o Plano Nacional de Promoção do Dendezeiro 2000 – 2010. Com um enfoque de mercado, o plano procura promover “núcleos” produtivos ou “*clusters*” nos departamentos de San

Martín e Loreto, até consolidar 50.000 hectares a serem estabelecidos na região amazônica, a que, conforme anunciava o projeto de Lei 9271 “possui vastas e ricas terras para desenvolver a indústria do dendezeiro”.

Nesse contexto chegam denúncias de que no meio da planície amazônica e porção da parte superior da floresta, 30.000 hectares de florestas tropicais nos vales da sub-bacia dos rios de Caynarachi e Shanusi, no distrito de Yurimaguas, região Loreto, serão destinados ao cultivo e à industrialização do dendezeiro pelo grupo Romero, um poderoso conglomerado misto ao que pertencem as empresas Industrias del Espino S.A. (INDESA) e Palmas del Espino y Subsidiarias (PALMESA). Antes de serem divulgados os resultados do estudo de impacto ambiental do projeto, informa-se que já se iniciou o desmatamento de 2.000 hectares na área de Shanusi.

As autoridades estatais (o Concelho Nacional do Ambiente-Peru/CONAM e o Instituto Nacional de Recursos Naturais/INRENA), não objetaram esse projeto, que não apenas degradará o hábitat de milhares de espécies silvestres, mas que é levado a cabo às expensas dos direitos territoriais de numerosas comunidades camponesas. Acontece a situação de que, em muitos casos, comunidades que ocupam a área de influência do projeto desde 1941 ou 1961 não conseguiram realizar a titulação de suas terras comunais, pelos custos envolvidos no processo. Mas além disso, a titulação, que para uma comunidade camponesa ou nativa demora de um a três anos, para o Grupo Romero demorou apenas três meses e hoje a empresa conseguiu apropriar-se de terras de famílias camponesas.

Mais de 40 famílias em terras que ocupam há seis anos se sentem enganadas pelos organismos encarregados de sua titulação, já que no início lhes prometeram fazer títulos de suas parcelas, mas agora dizem que como os terrenos estão dentro da área que solicitou a empresa do Grupo Romero, não é possível continuar com os trâmites. A Associação de Produtores Agrários “Centro San Isidro” do Alto Shanusi indica que seus membros iniciaram os trâmites legais em 2005 e que o PETT (Projeto Especial de Titulação de Terras) realizou as medições dos terrenos, portanto a decisão lhes causa grande surpresa e desconforto.

Os camponeses da área são conhecedores de que projetos similares de monoculturas de dendezeiro levados a cabo na Colômbia e no Equador não apenas implicaram a destruição do meio ambiente, principalmente pelo uso de agrotóxicos e seus impactos na água, no solo, na flora e na fauna, mas que também têm deslocado milhares de camponeses. Os aspectos sociais também não são bons, dizem, já que afetarão atividades como a obtenção de lenha, a caça, a pesca, entre outras.

Por sua vez, os Diretores da Associação de Produtores Agropecuários “Centro San Isidro” APACSI do baixo Shanusi – Yurimaguas, perante a invasão das plantações de dendezeiros emitiu uma declaração na que denunciam às autoridades por terem guardado silêncio perante a negação do PETT de outorgar-lhes os títulos de propriedade das terras que têm ocupado e trabalhado por mais de seis anos, cuidando ao mesmo tempo a floresta vigem do setor San Isidro baixo Shanusi.

Lamentam também que um amplo setor da imprensa “não está cobrindo esse problema que está agravando-se todo dia e que com certeza desembocará em graves e funestas conseqüências para nossa ecologia, com o desmatamento de um amplo território ... e com isso o aniquilamento de milhares de espécies de flora e fauna, somente com o miserável objetivo de semear dendezeiros para o lucrativo negócio do óleo vegetal para os novos motores ‘ecológicos’ que com certeza a empresa Romero estará pensando vender em nossa pátria. Cabe apontar que esses dendezeiros crescem apenas com sol e água; isto é, toda a vegetação que não sirva para eles, será destruída, e com isso os seres que a habitam; além disso, não é verdade que esse investimento trará desenvolvimento para a população do setor, a que está sendo obrigada a vender suas terras para colocar em marcha esse ecológida projeto que é apenas um paliativo temporário para o fome e miséria de nossos tão sofridos povos” (vide a declaração completa em http://www.wrm.org.uy/paises/Peru/Declaracion_Yurimaguas.html).

Artigo baseado em informação obtida de: “Arbitrario posesionamiento del grupo económico Romero en tierras protegidas de selva virgen de Yurimaguas”, declaração datada em 9 de junho de 2006 da Diretoria - APACSI do baixo

Shanusi; "Paralizan titulación de tierras de más de cuarenta comuneros del Alto Shanusi", Giovanni Acate, Radio Oriente, <http://www.ideeleradio.org.pe/look/Ideeleradio/article.tpl?IdLanguage=13&IdPublication=7&NrIssue=27&NrSection=50&NrArticle=8898>

início

- Uganda: plantações de dendezeiro que trouxeram Fortes Ventos e Baixos Salários

A acelerada destruição da floresta tropical e das terras florestais indígenas em Uganda, que abre o caminho para a produção de açúcar e dendê, segue o modelo tão familiar que tem sido visto em outras partes do mundo, especialmente no sul da Ásia.

Foi amplamente informado (na mídia local) o fato de o governo liberar cinco mil hectares de terras florestais protegidas por lei à BIDCO, uma companhia produtora de dendê que se originou no sul da Ásia, em 2001. Essas florestas, nas Ilhas Ssesse no Lago Vitória foram então eliminadas rapidamente.

Atualmente, existe uma nova tormenta que se aproxima devido à proposta de entregar sete mil hectares de floresta virgem no leste da capital a uma companhia produtora de açúcar que já possui milhares de hectares de plantações nas proximidades.

Uganda se estende a ambos lados do Equador no centro da região dos Grandes Lagos e abrange uma extensão natural de rica biodiversidade do tipo amazônica do Congo ao oeste. Os longos períodos em estado de inspirada violência política deixaram uma herança confusa. Por um lado, permanece o sentido dominante entre a elite e a classe política que tanto o período de guerra e insurgência de 1966 a 1986 quanto os subseqüentes distúrbios deixaram um país "subdesenvolvido" e enfrentado com a responsabilidade de "atingir o nível" dos outros países do mundo.

Isso o colocou em uma forma particularmente perniciosa de auto justificado planejamento econômico *de fato*, em que ninguém questiona em apelar imediatamente o esquema principal para o desenvolvimento de "impatriótico", sendo um enamorado secreto dos anteriores regimes brutais; e/o simplesmente evidente estupidez.

Em minha própria experiência, lembro a recriminação de nosso presidente Museveni: "Você é um romântico? Você quer voltar à Natureza?" como resposta a minha investigação sobre as bases filosóficas de seus planos de "desenvolvimento" para o país.

Isso foi em 2001, em uma entrevista no rádio durante as eleições presidenciais da época. Infelizmente, a qualidade do discurso público oficial a respeito do problema do ambiente não tem evoluído muito desde então.

A Dra. Margaret Kigozi, diretora da Uganda Investment Authority (a agência principal para atrair capital estrangeiro), é conhecida publicamente por ter demitido oponentes do projeto de represa hidrelétrica planejado para nosso rio Nilo por terem "fixação com rãs e borboletas".

Mais recentemente, o Ministro para o Investimento perguntou com irritação: "Não são árvores de dendê?" como resposta a meu reiterado interrogatório, em uma esmagadora entrevista no rádio, sobre a prudência de dar à BIDCO carta branca para destroçar grandes áreas de antigas terras florestais a fim de abrir caminho às plantações de dendezeiro.

Por outro lado, porém, Uganda foi, na realidade, "deixada para trás" na luta pelo capital global para transformar os recursos naturais dos países pobres do Sul em forragem de "investimento". O país permaneceu relativamente mais verde (uma situação similar à do Congo e Sudão do Sul, que agora estão sob ameaça) que outras partes do Sul que

foram consideradas nesse momento “estáveis” demais para o voraz investimento estrangeiro. Essa é uma ironia duradoura da situação em que nos encontramos.

E assim, nós estamos realmente apenas no início desse processo. Existem abundantes eco- riquezas para ser devastadas e saqueadas por esses curto- prazistas e há avarícia, ignorância e auto- retidão de sobra no governo para torná-lo incrivelmente fácil.

Alguns poucos valentes no departamento florestal de Uganda se opuseram a esses desenvolvimentos desde o início. Eles também encontraram aliados em setores inesperados (tais como DFID, a armada do desenvolvimento do Reino Unido), quando eles argumentaram que os empregos prometidos eram praticamente “escravidão” e portanto não existia intercâmbio justo pela perda dessas florestas. Eles foram ignorados.

Não ha nada de novo nesse processo de destruição. O funcionamento dos financiadores globalizados também já não é novo. A única questão é, então, o que pode ser feito antes de que seja tarde demais, ou antes de o custo da possível restauração ser alto demais?

A resposta está na consolidação das vozes dos ativistas que estão tentando, acima de tudo, aceder e fazer pública toda nova informação relacionada com esses escândalos; ser capazes de trabalhar conjuntamente em um fórum que possibilite ações (tais como requerimentos judiciais, demonstrações, campanhas educativas na mídia e educação às comunidades) que vão aumentar politicamente o custo das tais fábricas de políticas.

Isso supõe que os grupos organizados reünam suas habilidades e informação. Nós já estamos começando a expor na mídia como as Ilhas Ssesse estão sendo destruídas por fortes ventos e baixos salários desde que as florestas da Península Bwendero foram desmatadas. Conforme o que é informado, a BIDCO solicitou três mil hectares a mais de floresta remanescente. Eles dizem que tinha sido prometido um total de dez mil hectares, e deixa o governo de Uganda nervoso através de ameaças de retirar-se se a promessa não for cumprida. A ameaça sobre as florestas é cada vez maior.

É importante aprender que não somos os únicos nesses esforços, e o que nós podemos aprender dos esforços de outros enfrentando o mesmo desafio.

Por Kalundi Serumaga, correio eletrônico: kalundi@panoseasternafrika.org.ug. Kalundi Serumaga passou muitos anos como ativista comunitário, e agora trabalha como colunista e entrevistador na rádio em Uganda. Ele produziu e apresentou um programa ambiental semanal na televisão nacional durante 2003. Seus cemitérios ancestrais faziam parte da terra que recentemente foi tomada por uma plantação de dendezeiro em grande escala nas ilhas Ssesse.

[início](#)

Boletim Mensual do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Este boletim também está disponível em francês, espanhol e inglês
Editor: Ricardo Carrere

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais
Maldonado 1858 - 11200 Montevideo - Uruguay
tel: 598 2 413 2989 / fax: 598 2 410 0985
wrm@wrm.org.uy
<http://www.wrm.org.uy>

